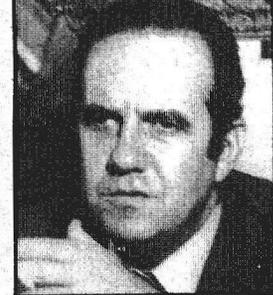


Elio Gaspari

Sendo presidente da República o excelentíssimo senhor Fernando Henrique Cardoso e chefe de gabinete do ministro da Justiça o bacharel José Gregori, completam-se em janeiro 20 anos da morte do operário Manuel Fiel Filho numa cafua do DOI-Codi de São Paulo. São duas as histórias de Fiel. Uma é a de sua morte. A outra é a da agonia de sua memória.



Geisel, o general Ednardo D'Ávila Mello e o professor Fernando Henrique Cardoso. Ao centro, o metalúrgico Manuel Fiel Filho

Teresa Fiel, o presidente FH, Paulo Egídio Martins (governador de São Paulo em 1976) e o então advogado de presos políticos José Gregori

1976: a morte de um operário

No dia 16 de janeiro de 1976, uma sexta-feira, Manuel Fiel Filho chegou em casa pouco antes do almoço, acompanhado por dois policiais. Alagoano, tinha sido padeiro e cobrador de ônibus. Trabalhava numa metalúrgica havia 19 anos e educara duas filhas. Revistaram-lhe a casa e chorava quando o levaram.

Começaram a interrogá-lo no DOI-Codi do Exército na manhã do sábado. Acarearam-no com outro preso e o levaram para uma das salas de interrogatório. Queriam saber a quem distribuía jornais clandestinos. Lá, foi ouvido dizendo: "Pelo amor de Deus, não me judiem tanto que vocês me matam". Um dos torturadores respondeu: "Aqui não adianta pedir nem a Deus nem ao demônio. Se eles caírem aqui, entram no pau".

Os presos almoçavam quando um carcereiro mandou que o acompanhassem a uma cela. Manuel estava deitado no chão. Vestia o uniforme da carceragem e calçava mocassins, sem meias. Elas estavam em torno do seu pescoço. Teria tirado as meias para se estrangular, mas, antes de fazê-lo, calçara os sapatos. Seria também um caso raro de pessoa que se enforca deitada.

O meganha avisou:

— Observem bem, este louco se suicidou, não havia necessidade disso. Se vocês disserem o contrário lá fora, nós temos o endereço de um por um, e vocês vão pagar pelas consequências.

Tomaram-se providências para que o ministro do Exército não soubesse da morte. Funcionários do Instituto Médico-Legal disseram à família que Manuel passara mal no serviço e morrerá. Seu corpo estava no necrotério do Hospital das Clínicas e a família deveria enterrá-lo em duas horas, "sem escândalo". (Não

eram funcionários do IML, eram militares disfarçados.) No velório uma cunhada dizia que Manuel morrerá de doença e na manhã de domingo o sepultaram no Cemitério de Quarta Parada. Teresa, a viúva, não viu o corpo.

À noite, tocou o telefone da Granja do Riacho Fundo, onde o presidente Ernesto Geisel passava os fins de semana. Era o governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins, que se recusava a participar da cortina de silêncio e informava que morrerá mais um preso no DOI-Codi paulista. Foi uma conversa curta e Geisel ouviu mais que falou:

— Paulo, não faça nada. Você será informado das minhas providências.

Geisel tomou a decisão na hora, mas não dormiu naquela noite. Às 7 da manhã de segunda-feira demitiu o comandante do 2º Exército, general-de-exército Ednardo D'Ávila Mello. A rapidez com que a providência foi tomada significou o fim de um período da ditadura.

Um general responsável pela tortura e morte de presos políticos fora punido.

Muitos brasileiros morreram de pancada nas masmorras do mandarinato militar. Manuel Fiel Filho foi um humilde operário. Sua morte está na História do Brasil como marco do fim da invulnerabilidade dos torturadores. Depois, vieram a redemocratização, a anistia e as eleições diretas.

Essa é a história velha. Do tempo em que os militares falavam, Fernando Henrique Cardoso era sociólogo e o advogado José Gregori, um militante da causa dos direitos humanos.

*Teresa Fiel
ganhou tudo,
menos a
indenização*

1995: a agonia de sua memória

Teresa Fiel ficou viúva aos 42 anos. Conseguiu um emprego e continuou na vida das famílias de operários paulistas. Procurou um advogado e encontrou José Gregori na Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Ele processou a União, exigindo que Teresa e as filhas fossem indenizadas pela morte de Manuel. Na entrevista coletiva em que anunciou a iniciativa, Gregori estava ao lado dela. Foi quem mais falou. "Ele é um homem maravilhoso", conta Teresa.

Em 1980 a Justiça Federal condenou a União a pagar pela morte de Fiel. Não disse quanto, nem como. O Governo recorreu três vezes, nas presidências Figueiredo, Collor e Itamar. Um dos recursos se arrastou por sete anos, mas na semana passada Teresa Fiel voltou a vencer e a União lhe deve em torno de R\$ 260 mil. Em 15 anos de batalha judicial, ganhou tudo, menos a indenização.

Ela tem hoje 61 anos, ganha R\$ 270 de pensão pelo INSS e R\$ 450 como funcionária aposentada da Febem. Mora num apartamento de dois quartos e sala com uma filha e paga R\$ 350 de aluguel. Vive com R\$ 320. Teresa não festeja: "Não sei se vou ver o fim dessa história".

Está certa. Tem pela frente os mecanismos rotineiros do Estado e de sua Justiça. Terminou na sexta-feira o prazo de habilitação para os pagamentos de indenizações de 1996 e ela só poderá receber — se puder — em 1997. Aceita fazer um acordo, mas nem isso é possível. Aliás, nada é possível.

Haveria uma só solução, heróica. O presidente da República mandar ao Congresso um pedido de pensão especial para Teresa Fiel. Como há mais de uma centena de famílias de

vítimas da ditadura pedindo indenização, o presidente, para ser herói, precisaria ter uma de duas coragens:

1 — Pede a pensão especial para Teresa Fiel e avisa às outras famílias que essa é uma exceção.

2 — Pede a pensão especial para todas as famílias e arrosta bufos e arreganhos militares.

É improvável que haja tanto heroísmo disponível para uma viúva do andar de baixo. O professor Cardoso e o advogado Gregori não manifestaram maior curiosidade pelo caso de Teresa Fiel. Pouco podiam fazer e fizeram nada. Não lhe deram no processo sequer o interesse e a solidariedade que davam e recebiam quando eles próprios tinham a ditadura no cangote.

Os professores aposentados pelo AI-5 (entre eles o presidente da República) já acertaram, e bem, suas contas com o Erário. Os funcionários públicos punidos pela ditadura foram reintegrados e os militares voltaram para as folhas de pagamento nas patentes a que teriam direito se não tivessem sido mandados embora. Até mesmo jornalistas já pegaram suas lascas. A natureza compensatória da anistia foi uma festa para o andar de cima.

É injusto supor que pessoas como Fernando Henrique Cardoso e José Gregori façam nada por malvadeza. O que acontece é algo banal e terrível. O Estado brasileiro funciona direito para cima e simplesmente não funciona para baixo. Enquanto Cardoso e Gregori militaram na oposição, lutaram contra isso. No poder, aprenderam que é mais fácil (e necessário, para eles) resolver o caso de ruralistas caloteiros ou custear uma corte ultramarina para Itamar Franco, do que indenizar a viúva de um operário. Simplesmente aprenderam. Nada há a fazer por Teresa Fiel. Nem por eles.